

OPINIÃO



SANDRA TAVARES MAGALHÃES
Associada principal
da Miranda & Associados

O futuro da Defesa: burocracia sob fogo



Vivemos tempos de mudança acelerada. Em nenhum setor isso é tão evidente – e tão exigente – como no da Defesa. Os recentes conflitos vieram demonstrar que o mundo já não opera segundo os paradigmas que outrora conhecemos. A volatilidade é hoje a norma: responder com rapidez tornou-se um imperativo estratégico.

Neste contexto, a celeridade na tomada de decisões é crítica. No setor da Defesa, perder tempo é perder oportunidades – e perder oportunidades pode ter consequências que transcendem em muito o plano económico ou organizacional. A urgência não é aqui conjuntural: é estrutural.

O padrão de produção de equipamento militar reflete bem esta realidade. Durante décadas, fabricava-se para durar: a longevidade era um valor em si mesmo, e um equipamento que resistisse vinte ou trinta anos era tido como bom. Depois, a evolução tecnológica impôs uma nova lógica – fabricar para adaptar. Já não bastava resistir ao tempo; era necessário que o equipamento pudesse ser atualizado à medida que as circunstâncias evoluíam. Hoje, o desígnio é outro: fabricar para mudar. A experiência dos conflitos mais recentes – em particular, o conflito na Ucrânia, revelou que os equipamentos militares têm de estar permanentemente prontos para se reinventar, absorvendo reconfigurações a um ritmo sem precedentes. Um drone que hoje representa uma vantagem tática pode ser neutralizado amanhã; um sistema de comunicações que hoje é seguro pode estar comprometido na semana seguinte. A adaptabilidade contínua – e a velocidade com que ela tem de acontecer – é, assim, a única resposta possível a um ambiente operacional em permanente mutação.

E esta exigência de rapidez através-



sa toda a cadeia de valor: da identificação de uma necessidade operacional à adjudicação de contratos, passando pelo desenvolvimento, teste, certificação e entrega de equipamento.

No entanto, há um obstáculo que persiste: a burocracia.

Em resposta, a Comissão Europeia adotou o pacote Omnibus, que inclui propostas de alteração de vários instrumentos jurídicos que afetam o setor, abrangendo áreas como a contratação pública, o licenciamento e o acesso ao financiamento.

As medidas propostas refletem as

No setor da Defesa, perder tempo é perder oportunidades – e perder oportunidades pode ter consequências que transcendem em muito o plano económico ou organizacional.

prioridades definidas no Livro Branco para a Prontidão Europeia de Defesa - 2030, reconhecendo que o atual quadro regulatório da União – concebido para tempos de paz – deve ser adaptado para permitir o desenvolvimento e a implantação rápida de capacidades. Entre as principais alterações contam-se a simplificação dos procedimentos de contratação pública, incluindo a introdução de regras mais flexíveis para a adjudicação conjunta de contratos, o estabelecimento de procedimentos específicos para a aquisição de produtos inovadores e o

aumento dos limiares para contratos de fornecimento e de serviços.

Estas medidas visam eliminar os atrasos nos procedimentos aquisitivos cobertos pelas regras europeias de contratação pública – estimando-se uma redução de cerca de 25% dos encargos administrativos –, proporcionando aos Estados-membros e à indústria um caminho mais claro para agirem com prontidão e reforçarem a capacidade defensiva da Europa.

Em consequência, Portugal deverá passar a dispor, em breve, de um quadro regulatório simplificado em matéria de contratação pública neste setor – um quadro que funcione não como obstáculo, mas como alavanca para responder com a agilidade e eficácia que os tempos exigem. O alvo está identificado. Agora, é preciso não falhar. ■